

EDUCOMUNICAÇÃO - O QUE É ISTO?

Donizete Soares*

Quando falamos em Educomunicação, estamos nos referindo a um campo de pesquisa, de reflexão e de intervenção social, cujos objetivos, conteúdos e metodologia são essencialmente diferentes tanto da Educação Escolar quanto da Comunicação Social.

Investigar os fundamentos desse campo, discutir as inter-relações dos vários tipos de saberes que se fundem na Educação e na Comunicação constituem os principais objetivos teóricos desse novo campo. O que sentem e pensam as pessoas de si mesmas, dos outros e do mundo que as rodeia, não importando idade, sexo, credo ou condição social, por sua vez, são os conteúdos trabalhados na Educomunicação.

Mas o que a particulariza em relação às outras ciências – e sem delas se desconectar, evidentemente – são os procedimentos adotados em relação ao fim a que ela se destina. O que é singular nesse processo, do nosso ponto de vista, é o tipo de gestão a ser adotado.

Se entendermos por *método* os caminhos escolhidos pelo *sujeito* em suas tensas e contínuas relações com o *objeto* na busca do conhecimento e na construção dos saberes, a metodologia adotada na Educomunicação caracteriza-se não pelo interesse em respostas supostamente definitivas para os problemas que diuturnamente se nos apresentam, mas pelo aguçamento das contradições... Se entendermos por fim algo sobre o qual se tem clareza – as ações são pautadas pela intencionalidade – então, alterar a realidade em que se vive é o objetivo principal da Educomunicação.

UM NOVO CAMPO

Não faz muito tempo, Educação Escolar e Comunicação Social eram consideradas áreas diferentes, com especificidades próprias, papéis a representar e funções definidas – bem ao gosto do cientificismo que tem vingado nas sociedades dos últimos séculos. Na medida em que atende aos interesses dos grupos organizados dessas sociedades, um conjunto de saberes historicamente produzidos, se preciso for, altera-se e adapta-se ao oficialmente aceito... e pronto: nascem essas ou aquelas ciências...

* **Donizete Soares**, professor de filosofia, diretor do GENS – Serviços Educacionais, diretor de relações institucionais do Projeto Cala-boca já morreu.

Há, sem dúvida, muito a dizer a respeito delas, sobre cada uma delas: onde surgiu, quais perguntas e necessidades pretendem responder e atender, que interesses satisfaz ou quer satisfazer, o quê, por quê e a quem dirige suas “descobertas”... Mas isso é o que não falta.

Esse tipo de abordagem, sobretudo nos dias atuais, é fácil de encontrar e é, sem dúvida, acessível a qualquer um.

Não constitui objetivo deste texto, portanto, empreender uma discussão sobre as áreas em questão. Criticar, justificar, avaliar esse conjunto de saberes – ou parte dele – não é o que se pretende aqui. Muitos pesquisadores fizeram e fazem isso continuamente. Já é possível encontrar uma bibliografia enorme a respeito, produzida exatamente por educadores e comunicadores.

Claro, não há absolutamente nenhum desdém quanto a esse procedimento. De modo algum se está adotando uma postura de desconsideração ou desmerecimento aos pensadores dos temas em pauta. Ao contrário, eles são fundamentais, assim como são importantíssimos seus esforços de investigação sobre esse fenômeno que nos últimos 50 anos se fortalece e nos provoca a todos de forma singular.

Este texto parte do reconhecimento e da constatação da existência de um novo campo de pesquisas e práticas – ou o contrário – que exteriormente se manifesta pela intersecção de dois conjuntos de saberes, cujas características sempre foram – diferentemente do que muitos pensam e/ou querem – mais de aproximações do que de distâncias.

Convém ressaltar a opção pelo termo *campo* e não ciência – não obstante, como já foi dito, sejam importantes e fartas as discussões a respeito. É que a idéia de campo permite que consideremos um *espaço* amplo sem *construções* antigas e, não raro, antiquadas, impedindo que se levante novos *edifícios* com maior *ventilação* e *claridade*...

O neologismo *Educomunicação*, que em princípio parece mera junção de Educação e Comunicação, na realidade, não apenas une as áreas, mas destaca de modo significativo um terceiro termo, a **ação**. É sobre ele que continua a recair a tônica quando a palavra é pronunciada, dando-lhe assim, ao que parece, um significado particularmente importante. Educação e/ou Comunicação – assim como a Educomunicação – são formas de conhecimento, áreas do saber ou campo de construções que têm na *ação* o seu elemento inaugural.

Trata-se, então, de um espaço no qual transversam saberes historicamente constituídos. Como um tabuleiro no qual se lançam pedras para, com elas, construir grandes lances – assim se apresenta esse *novo* campo. Não importa a origem das peças, assim como não se privilegia quem possa colocá-las ali. Seja qual for o tipo ou a forma de conhecimento, o

campo não somente tem condições de recebê-lo, mas, sobretudo, de promover o diálogo com ele e dele com os outros. Isto é: se há – ou tem de haver – algo que particulariza, caracteriza ou é específico desse campo chamado de Educomunicação é a sua capacidade de entrecruzar saberes, promovendo a interlocução ou a conversa entre os que constroem e/ou se utilizam desses saberes.

Bem por isso, é só exteriormente que se manifesta como intersecção entre Educação e Comunicação. Na verdade, tanto interna como externamente, o que a Educomunicação faz é possibilitar um novo entendimento e uma nova leitura dos saberes que, enquanto sujeitos sociais, temos construído e/ou admitido como verdadeiros e importantes para nós. Quer enquanto prática quer enquanto pesquisa teórica, o campo da Educomunicação possibilita que se revelem e tornem públicos os registros constantemente feitos, tanto pelos grupos organizados em torno da constituição dos saberes quanto de nós sobre nós próprios. Ora, não são surpreendentes e instigadoras as leituras resultantes da interpretação de dados oriundos de diferentes pesquisas em torno de um mesmo fenômeno? Que outros olhares são possíveis quando se cruzam olhares que sempre se evitaram?

Isto quer dizer que o domínio da Educomunicação, mais do que um objeto a ser investigado, é um campo de relação *de* e *entre* saberes. É um espaço de questionamentos, de busca de conhecimentos e construções de saberes. É também um espaço de ações e experiências que levam a saberes ou partem deles em direção a outros. Uma das tantas singularidades da Educomunicação é que ela constitui-se justamente das relações múltiplas que propicia.

Trata-se, portanto, de um campo de ação política, entendida como o lugar de encontro e debate da diversidade de posturas, das diferenças e semelhanças, das aproximações e distanciamentos. Por excelência, uma área de *transdiscursividade* e, por isso, multidisciplinar e pluricultural.

Mas não só. É um espaço político entendido também como campo de ação prática. Não de experimentações ou ensaios como acontece nos laboratórios. O objetivo das práticas de Educomunicação não é submeter a teste essa ou aquela teoria, visando, assim, a generalização ou a criação de modelos a serem seguidos. Não é a universalização de um ou alguns conteúdos e/ou métodos o que se pretende com a prática educacional.

A ação que se desenvolve nesse campo de *multirrelação* é política porque, essencialmente, ela se dá num espaço de realizações. Isto é: de atualização ou concretização de projetos que nascem dos sonhos e/ou necessidades dos grupos sociais em processo de formação e organização.

Processo – esta é a palavra que melhor define e caracteriza a Educomunicação enquanto lugar de ações políticas. Define e caracteriza porque, em praticamente todos os sentidos, o termo é o que de forma mais completa expressa a ação conjunta dos sujeitos sociais na prática da Educomunicação. Seja como seguimento, curso, mudanças, seqüência de estados em transformação, exercício concreto, conjunto de peças que documentam uma atividade... enfim, processo é o *enquanto*, o *durante*, o *entre* a *complexidade* da ação educacional.

O que equivale a dizer que não é, prioritariamente, o produto que interessa. Não é o resultado acabado e pronto, bem ao gosto dos mercados e lojas que vivem da venda de embalagens que embelezam e enriquecem conteúdos nem sempre – quase sempre – condizentes com as imagens que os representam. Não é a conseqüência de um processo ou produção como conjunto de pequenas partes ou pedaços que se juntam no final. Nada a ver com o modelo industrial, nada a ver com a suposta vontade de consumo que, teoricamente, caracteriza as sociedades atuais.

É o processo, rico em detalhes, cheio de incongruências, ao mesmo tempo compreensível e difícil de entender, atraente, fascinante e pleno em problemas de toda ordem... É o processo certamente denso que vale a pena ser vivido e registrado. É neste sentido que a Educomunicação é campo de entendimento, portanto discursivo, e também de prática, portanto político.

UMA OUTRA GESTÃO

Quando falamos em Educomunicação, portanto, estamos nos referindo a um *novo discurso* - mais que isso, estamos falando de transdiscursividade, como já foi assinalado. Não falamos, contudo, de um discurso pronto, acabado. Não falamos de algo como um produto, mas de um novo discurso que vai se construindo no processo. Isso porque, ao contrário dos milhares discursos que estão aí à disposição para venda ou até mesmo para doação, esse novo discurso não pode ser escrito num gabinete. Nem é o resultado de um esforço solitário do pesquisador acadêmico buscando se encontrar em meio a citações e referências bibliográficas.

Mas também não estamos falando de algo mágico que surge da boa vontade das pessoas. Não se trata de algo espontâneo que aparece como que por encanto. Não é o caso de juntar um grupo de pessoas em torno de um equipamento de mídia e fazer um programa de rádio, por exemplo. Produzir peças de comunicação não significa *fazer educomunicação*.

Não se trata de fazer desse mais um espaço em que o senso comum predomine, como tem acontecido com tanta frequência, tanto nos meios acadêmicos como nos meios de comunicação social. Estamos vivendo um tempo em que *Eu acho que achei que tinha achado que alguém achou*, ou *...Ouvi falar que...* ou pior ainda: *... Então, é isso mesmo e ponto final!*... está cada vez mais presente na boca das pessoas, principalmente daquelas que, ao menos teoricamente, deveriam ter algo mais a dizer do que simplesmente repetir o que os outros dizem. Pré-conceitos e pré-julgamentos são ações, além de irresponsáveis, extremamente autoritárias e, portanto, merecedoras de toda a nossa atenção.

O senso comum é importante somente na medida em que permite a cada um de nós buscar compreender os motivos e os interesses que estão fundamentando cada uma de suas afirmações. Mas é preciso ir além delas. É fundamental submetê-las a uma série de interrogações: *quem* disse isso ou aquilo? *De onde* esse *quem* está falando? Esse *alguém* fala em nome de um grupo? Isso que *foi e é dito* é especialmente endereçado a alguém? A quem, exatamente?... Frases aparentemente soltas no ar e largamente repetidas pela maioria das pessoas trazem embutida uma série de *verdades* que precisam ser questionadas, sob pena de transformar essas pessoas em meros papagaios que *dizem* coisas sem ter a menor idéia do que elas significam. Isso é ultrapassar o senso comum.

Entendemos que *fazer educomunicação* ou realizar práticas educacionais, na medida em que isto quer dizer construir um *novo discurso*, é experimentar uma outra forma de convivência social. Aliás, a educomunicação, do nosso ponto de vista, é, antes de tudo, uma proposta de organização social essencialmente diferente dessa em que estamos inseridos.

Essencialmente diferente porque o tipo de relações sociais a ser estabelecida nos grupos é, intencionalmente, horizontal. Ou seja, não há e nem pode haver alguém que manda frente a outros que obedecem, alguém que decide o que os outros devem cumprir. Nessa proposta de organização social não há e nem pode haver a figura do estrategista definindo, delimitando ou inventando ações para que outras pessoas avancem, recuam, envolvam e atuem de modo a atingirem os fins por ele previstos e determinados. Quem estabelece as estratégias são os participantes do grupo, tendo em vista os motivos que os levaram a se agruparem, assim como os objetivos que querem alcançar.

Se assim não for, inevitavelmente serão tratados e se comportarão como tarefairos, cumpridores de ordens, discípulos do primeiro que se apresentar como mestre ou guru. Aliás, o que não falta em nosso tempo é gente propondo e abrindo *igrejinhas* por todo lado, gente prometendo grandes feitos *desde que você...* Ou seja: a máxima, que muitos de nós achamos que estaria ou gostaríamos que estivesse ultrapassada - *faz o que eu mando e*

guarda o que você sabe - é tão presente e atual quanto: eu não sei de nada, eu apenas cumpro ordens...

Do nosso ponto de vista, o tipo de gestão que caracteriza a Educomunicação é a *co-gestão*. Apostamos na real possibilidade de que os grupos humanos caminhem no sentido de fazer da autonomia dos indivíduos o seu grande objetivo. Que, antes de tudo, as pessoas se constituam autoras de sua existência individual e co-autoras de nossa existência social. Que, longe de se contentarem com o papel de *atores sociais*, assumam o de diretores, roteiristas, produtores e apresentadores do que sentem e pensam de si mesmas e do mundo em que vivem. Que não se conformem nos lugares reservados aos que são representados por quem quer que seja, mas que ousem *sair do cercadinho* e digam de onde vêm e para onde querem ir.

Esse perfil do sujeito autônomo - condição absolutamente necessária para a *co-gestão* - não se confunde, todavia, com a idéia de *protagonismo* - termo mais que apropriado às práticas de luta e competição, dentre elas a guerra. Nada a ver também com a idéia de *modelo* - essa mania de se apresentar para os outros como exemplo de como agir e lutar por isso ou aquilo. Menos ainda tem a ver com o sujeito autônomo a idéia de *líder* - alguém supostamente escolhido, preparado e indicado para conduzir os outros por onde ele queira levá-los... (entenda-se: *ele* - na verdade, os que o escolheram; *queira* - ou melhor, deva, de acordo com a vontade de quem o escolheu e ele aceitou atuar como boneco manipulado).

Autônomo não é o sujeito que faz as próprias leis ou busca impor o que pensa aos outros. Por isso, nada tem a ver com o protagonista - aquele que se apresenta à frente dos outros, seja como lutador ou como personagem principal... Não lhe interessa competir, chegar primeiro, ganhar a guerra, pois sabe que em matéria de disputa - seja ela qual for - somente alguns saem vencedores, exatamente porque a competição tem como objetivo principal excluir a maioria.

Sujeito autônomo *não faz o que o mestre mandou*, mas entende que o que precisa ser feito só tem sentido se decorrer de uma ação compartilhada, ou seja, se a ação for apresentada, discutida e, então, decidida coletivamente. Também não busca o lugar de quem diz *faz o que eu mando e guarda o que você sabe*, porque ele sabe que não sabe mais e nem que é superior a ninguém, assim como sabe que não sabe menos e que nem é inferior a ninguém.

Autônomo é o sujeito que compreende que todo e qualquer texto só faz sentido dentro do contexto. Entende que as suas próprias ações, assim como as ações de quaisquer outros, estão sempre inseridas num conjunto maior de ações que podem ser justificáveis ou não, válidas ou não, aceitas ou não... Exatamente por isso, porque se esforça em compreender

as ações das pessoas, procura escapar das garras do *achismo* fácil, que condena e absolve na mesma intensidade, ou das *bandejas de verdades servidas com fartura*, que dão respostas a todas as perguntas...

Protagonista, modelo, líder - nada disso tem a ver com o sujeito autônomo, para quem a solidariedade é o grande valor que se manifesta em forma de sentimento, de pensamento e de prática. Pois, negar a competição é estabelecer relações de profundo respeito ao outro, sobretudo àquele que é diferente de si mesmo; é reconhecer que o outro, não importando de onde venha e o que tem a dizer, é tanto quanto ele capaz de compreender textos nos contextos. Negar a competição, enfim, é ter coragem de andar *lado-a-lado, ombro-a-ombro*, é ser companheiro.

Caso contrário, não há e nem pode haver *co-gestão*. Sim, porque para uma ação ser coletiva é preciso que ela seja, efetivamente, decidida por sujeitos cientes tanto do que ela realmente significa quanto da dimensão dos seus desdobramentos. E isso só se consegue com muita conversa, não do tipo bate-papo sem compromisso ou conversa de boteco, como dizemos comumente. Mas conversa no sentido de diálogo, debate, ou melhor, de embate de idéias, de posicionamentos frente à vida - o que, evidentemente, não é o mesmo que briga ou desavença. O que se pretende num diálogo é que os participantes tenham não somente o espaço e o tempo necessários para apresentar e defender seus pontos de vista, mas também sejam capazes de ouvir os outros.

Neste sentido, o diálogo é, por excelência, um momento de investigação coletiva. Expondo o que pensa, ouvindo o que o outro pensa, comparando argumentos, ponderando, *pensando alto*, acrescentado ou eliminando falas, provocando e aceitando provocações, ousando... - somente são ações possíveis se os seus autores forem sujeitos autônomos e, portanto, suficientemente corajosos para apresentarem, defenderem e, se for necessário, alterarem seus modos de ser-pensar-agir.

O *novo discurso* que estamos falando é justamente o que se vai construindo nesse intenso diálogo. Ele não está pronto e nem foi escrito no gabinete. Não se constrói à moda acadêmica, do tipo *segundo tal* ou *de acordo com* ou *para não sei quem*... Também não é um discurso encomendado e, portanto, comprometido com essa ou aquela corrente de pensamento ou com essas ou aquelas pessoas. Trata-se, isto sim, de um discurso que se constrói de acordo com o que os participantes querem, podem e conseguem discutir.

É do enfrentamento dos diversos pontos de vista, apoiados nas experiências individuais, assim como dos modos como cada um se encaminha na história, que o *senso comum* (aquilo de *acho-que-achei-que-tinha-achado-que-alguém-achou*) é superado. Porque o

olhar crítico sobre si mesmo e sobre o meio que cada um de nós vive não é algo que pode ser ensinado, mas é aprendido na medida em que exercitamos vários tipos de olhares.

É no debate que cada um de nós aprende, ou melhor, compreende que basta *mudar de ponto* que inevitavelmente *muda a vista*. É no levantamento das contradições a propósito de idéias e práticas, no acirramento mesmo das visões contrárias sobre algo, nos desdobramentos dos diferentes olhares provocados por tantos deslocamentos possíveis, que cada um vai percebendo o como e o quanto *verdades e mais verdades* são construídas de acordo com interesses desse ou daquele grupo e, portanto, não passam de *pontos de vista*.

É na elaboração e realização dessa investigação coletiva, momento em que os participantes encontram espaços e condições de se constituírem sujeitos autônomos, que se dá a construção de um *novo discurso*.

Essencialmente coletivo, é um novo discurso exatamente porque se apóia nas falas que vão se entrecruzando em meio a piadas, brincadeiras e coisas sérias. É um discurso racional e carregado de emoção. São falas sem dúvida marcadas pela força de argumentos cheios de razão, mas que não impedem o riso e a alegria... e também o choro. É um novo discurso, porque não é linear no sentido acadêmico, organizado, com começo-meio-fim. Assim como o curso de um rio, ele vai-e-vem, ora amplia suas margens, ora se comprime entre elas. É um novo discurso, sobretudo, porque é algo que flui, que não é imposto nem censurado, a não ser por aquele que fala ou que só não fala se não quiser.

Ou seja, expressar o que sente e pensa, dando fundamento e sentido às suas ações, é uma decisão do indivíduo e, como tal, deve ser respeitado. Não fazê-lo porque é impedido por alguém ou por um sistema político, como querem os regimes autoritários, é tão perverso quanto não ter tido a oportunidade (espaços e condições) de participar de grupos, cujos participantes são os autores dos seus discursos. O que é necessário estar garantido é o direito à comunicação.

Justamente por isso é que a Educomunicação se caracteriza como um *novo campo* de pesquisa e ação comprometido com uma *outra gestão* e, por conta disso, se apresenta como forma de *intervenção social*. Os participantes dos grupos, ao elaborarem e realizarem um *novo discurso* experimentam, na verdade, uma *outra forma de convivência social*, pautada, antes de tudo, no profundo respeito a cada um dos seus integrantes. Esses, por sua vez, compreendem que se os pensamentos e as decisões são individuais, os debates e as ações são sempre coletivos. Não dizem o que sentem e pensam porque não podem ou porque não têm o que dizer, mas porque querem ou porque não querem dizer.